



ELEIÇÕES

Em defesa da democracia, Fachin enquadra militares

Após questionamentos da caserna, presidente do TSE diz que não admitirá interferências e avisa: pleito será tratado por "forças desarmadas"

» LUANA PATRIOLINO

Abdias Pinheiro/Secom/TSE



Fachin enfatizou que "uma geração deu a vida, durante 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil, para que pudéssemos exercer o direito de escolher"

Abdias Pinheiro/Secom/TSE



Fachin com Moraes e Lewandowski na sala onde ocorreu o último teste público de segurança do sistema

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, subiu o tom contra militares e deixou claro que não admitirá interferências no trabalho da Corte. Segundo enfatizou o ministro, "quem trata de eleições são as forças desarmadas". As declarações ocorrem após o magistrado receber uma lista de questionamentos da caserna sobre a realização do pleito de outubro e encaminhar as respostas ao Ministério da Defesa — as propostas, feitas pelo general de Divisão do Exército Heber Garcia Portella, foram classificadas por técnicos do TSE como "opinião".

"A contribuição que se pode fazer é (...) de acompanhamento do processo eleitoral. Quem trata de eleições são forças desarmadas e, portanto, as eleições dizem respeito à população civil, que, de maneira livre e consciente, escolhe os seus representantes. Diálogo, sim; colaboração, sim, mas na Justiça Eleitoral a palavra final é da Justiça Eleitoral. E assim será durante a minha presidência", frisou Fachin, durante o último Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação (TPS), procedimento que submete as urnas a tentativas de invasão por hackers.

Sem citar o presidente Jair Bolsonaro, que tem feito reiterados ataques à Corte e lançado suspeitas sobre as urnas eletrônicas, Fachin disse que "quem investe contra o processo eleitoral, que está descrito na Constituição, investe contra a Constituição e contra a democracia". "Esse é um fato, e os fatos falam por si só. Quem incita intervenção militar está praticando um ato que afronta a Constituição e a democracia", ressaltou.

"Transparente"

Perguntado se a declaração era destinada a Bolsonaro, o presidente do TSE negou. "Não mando e não recebo recado de ninguém. A afirmação é muito nítida no sentido de que a democracia no Brasil é uma condição eleita pela Constituição, portanto, quem investe contra o processo eleitoral descrito na Constituição investe contra ela e contra a democracia", disse.

No local do teste, Fachin destacou que o espaço é "claro" e "transparente", em alusão às declarações de Bolsonaro sobre a existência de uma "sala escura" no TSE na qual seriam totalizados os votos das eleições. O chefe do Executivo acusa, sem provas, os técnicos da Corte de ter o poder de manipular os resultados do pleito e chegou a propor uma apuração paralela, realizada

pelas Forças Armadas, sob o argumento de que era preciso garantir mais transparência. O magistrado destacou que "a Justiça Eleitoral está aberta a ouvir, mas não está aberta a se dobrar a quem queira tomar as rédeas do processo eleitoral".

O ministro minimizou o fato de os militares terem enviado mais de 88 sugestões ao TSE

sobre o funcionamento das eleições, mas, durante o período de testes das urnas, não terem comparecido para avaliar a segurança dos dispositivos. Para ele, a ausência dos oficiais foi uma "deliberação administrativa" das três Forças.

"Não há o que nos afaste das eleições. O Brasil terá eleições limpas, seguras, com paz e

segurança no dia 2 de outubro. Ninguém interferirá na Justiça Eleitoral. Nós não admitiremos, do ponto de vista da Justiça Eleitoral, qualquer circunstância que obste a manifestação da vontade soberana do povo brasileiro de escolher seus representantes", avisou. "Uma geração deu a sua vida durante 21 anos de ditadura civil-militar

no Brasil para que pudéssemos, a partir de 88, exercer o direito de escolher."

Apesar dos embates, o presidente do TSE disse estar disposto a conversar com aqueles que queiram o diálogo. Ao fim do pronunciamento, garantiu: "Quem vai ganhar as eleições de 2022 no Brasil é a democracia. Nós vamos

diplomar os eleitos até o dia 19 de dezembro, e isso certamente acontecerá".

Horas depois, Bolsonaro criticou as declarações de Fachin e disse que ele foi "descortês" (**leia reportagem na página ao lado**). Procurados, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas não se manifestaram até o fechamento desta edição (**Com Agência Estado**).



A contribuição que se pode fazer é (...) de acompanhamento do processo eleitoral. Quem trata de eleições são forças desarmadas e, portanto, as eleições dizem respeito à população civil"

"Quem incita intervenção militar está praticando um ato que afronta a Constituição e a democracia"

"A Justiça Eleitoral está aberta a ouvir, mas não está aberta a se dobrar a quem queira tomar as rédeas do processo eleitoral"

"Brasil terá eleições limpas, seguras, com paz e segurança no dia 2 de outubro. Ninguém interferirá na Justiça Eleitoral"

Edson Fachin, presidente do TSE

Saiba mais

Testes contra ataques hackers

O TSE simula, nesta semana, novos testes das urnas eletrônicas para afastar a possibilidade de ataques cibernéticos. No teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação (TPS), especialistas repetem cinco planos de exportação de vulnerabilidades das máquinas. O procedimento, que termina hoje, inclui simulações de ataques, em uma ação conduzida, também, por peritos da Polícia Federal. De acordo com o TSE, as simulações geraram sugestões de aperfeiçoamento das urnas, mas não apresentaram falhas em relação a possíveis ataques hackers.

Parceria com o Spotify para combater notícias falsas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fechou acordo com a plataforma de streaming de áudio Spotify para combater a desinformação nas eleições deste ano. A parceria vai vigorar até o dia 31 de dezembro de 2022, após o fim do ciclo eleitoral.

Pelo acordo, o Spotify vai ajudar na identificação de páginas com fake news (notícias falsas) sobre o pleito na plataforma e redirecionar os usuários até a página da Justiça Eleitoral, onde será possível obter informações de

fontes oficiais sobre as eleições.

A parceria vai atuar para combater os impactos nocivos das fake news, que espalham conteúdos não verdadeiros e, assim, disseminar informações confiáveis e oficiais sobre o pleito.

O acordo prevê que o TSE e os tribunais regionais eleitorais (TREs) terão um canal de comunicação exclusivo com a empresa para apontar possíveis notícias falsas a serem analisadas. O Spotify também promoverá sessões de treinamentos e

capacitação para equipes desses tribunais sobre boas práticas na produção de conteúdo.

O presidente do TSE, Edson Fachin, se comprometeu a disponibilizar informações e relacionamentos a respeito do desenvolvimento das eleições que sejam importantes para o Spotify.

Risco

O ministro ressaltou que a produção e a difusão de informações falsas e fraudulentas

podem representar risco à sociedade e à democracia, além de afetar de forma negativa a capacidade do eleitor de exercer o voto consciente.

"A parceria entre a Justiça eleitoral e essa plataforma de streaming é fruto de uma busca contínua para coibir a proliferação das chamadas fake news, que têm por objetivo macular a legitimidade do processo eleitoral e a capacidade das eleitoras e eleitores de exercer o voto consciente", afirmou o ministro.

O magistrado também divulgou o lançamento do perfil do TSE na plataforma. O podcast *Tudo Mundo Quer Saber*, disponível gratuitamente no Spotify, reúne uma série de entrevistas com o professor de direito eleitoral digital Diogo Rais.

O Spotify é um serviço digital de streaming de áudio que concede aos usuários acesso a milhões de músicas, bem como podcasts e outras formas de conteúdo de criadores do mundo todo.

A Corte já renovou parceria com as principais redes sociais e plataformas digitais de compartilhamento de mensagens e vídeos. Até o momento, fazem parte do acordo para ação coordenada de combate às fake news nas eleições deste ano: Twitter, TikTok, Facebook, WhatsApp, Google, Instagram, YouTube, LinkedIn e Kwai, além de diversas instituições públicas e privadas parceiras. (**Com informações do site do TSE e da Agência Brasil**)